

Victor Assuar Panucci<sup>1</sup>

Orientadora: Profa. Dra. Joana Mello de Carvalho e Silva (EC e FAU-USP)

Pesquisa desenvolvida como Trabalho de conclusão de curso junto à Escola da Cidade em 2015

Pautando-se na análise da bibliografia produzida a respeito do Programa Minha Casa, Minha Vida e do Concurso Renova São Paulo, o presente artigo propõe o lançamento de um olhar questionador sobre a produção contemporânea da crítica no campo arquitetônico paulistano, atento para o encadeamento de algumas narrativas recorrentes, nas quais a legitimação de uma certa produção arquitetônica hegemônica, bem como de seus valores simbólicos, acabam por coibir alternativas à produção habitacional e uma análise efetivamente crítica. Examina-se o estado de crise na disciplina em sua relação com as instâncias projetuais do campo, assim como a dificuldade dos arquitetos dialogarem efetivamente com a cidade real.

#### **Palavras Chave**

habitação social; crítica; arquitetura contemporânea brasileira

Guided by the bibliography concerning “Minha Casa, Minha Vida” and the “Renova São Paulo” Competition, this paper proposes an inquisitive insight in the contemporary production of architectural criticism in São Paulo, attentive about the construction of some common narratives - particularly those that legitimates the hegemonic architectural production and its symbolic values, restraining alternatives to habitational solutions as well as an effective critical analysis. This disciplinary crisis in its relation with the projectual instances of the field and the distance between Architecture and the real city will be examined.

#### **Keywords**

social housing; critic; brazilian contemporary architecture

Guiado por el análisis bibliográfica acerca del programa “Minha Casa, Minha Vida” y de lo concurso “Renova São Paulo”, este artículo propone una mirada cuestionadora en lo tocante a producción contemporánea de la crítica arquitectónica paulistana, vigilante a la construcción de algunas narrativas recurrentes en que la legitimación de una cierta producción arquitectónica hegemónica, bien como sus valores simbólicos, refrenan alternativas habitacionales y una análisis crítica efectiva. La crisis disciplinaria y su relación con las instancias proyectuales del campo, como la distancia entre la arquitectura e la ciudad real serán examinadas.

#### **Palabras-clave**

vivienda social; crítica; arquitectura contemporânea brasileira

## 1. Introdução

A mudança no papel da utopia no discurso arquitetônico ao longo do século XX deixou feridas profundas. O arcabouço teórico modernista, por exemplo, teve seus postulados generalizantes enfaticamente contestados pela crítica a partir da década de 1960. A ortodoxia deslumbrada com as inovações tecnológicas que propunha a casa como “máquina de morar” para um ser humano universal foi progressivamente debatida em favor de outras aproximações mais humanistas. Foi crucial nessa crítica, que implicou em uma inflexão teórica no modo de pensar a própria arquitetura, a desconstrução da historiografia do movimento moderno. Nesse contexto, o papel do crítico, ao lado do historiador e do teórico, assemelhava-se ao do arqueólogo à procura das origens discursivas do modernismo. Entretanto, a sua atuação foi, ao mesmo tempo, similar à do iconoclasta, no ímpeto de expor as chagas da operacionalidade das narrativas historiográficas modernas.

O crítico, contudo, inserido no contexto brasileiro, encontrou a inglória tarefa de se confrontar não só com a própria cosmogonia do movimento moderno, mas também com uma construção historiográfica canonizada pelas instâncias eruditas de legitimação e preservação de bens simbólicos. Ademais, no Brasil a utopia modernista foi associada ao projeto de superação do subdesenvolvimento, cujo discurso ainda rege uma porção significativa da produção arquitetônica.

Embora a crítica de arquitetura no Brasil tenha atingido um grau de maturidade na década de 1980, contestando o papel do arquiteto demiurgo e do edifício como ferramenta pedagógica, invoca-se com frequência os mitos de arquitetos canonizados pela historiografia tradicional, mesclan-

do-se obra e autor, política e estética. Nesse sentido, marginaliza-se a postura crítica ou de autorreflexão em favor de uma “militância desenvolvimentista incapaz de parar a máquina projetual” (CARMONA, 2015, p.127). Assim, os avanços da historiografia nem sempre se fazem visíveis na crítica, ainda muito comprometida com a produção arquitetônica. Distantes também, estão esses avanços da reflexão dos arquitetos vinculados à prática projetual, sobretudo, e não por acaso, aqueles mais valorizados pela crítica.

Diante desse contexto, é necessário se embrenhar no campo da crítica arquitetônica paulistana orientado pelo espírito investigativo do arqueólogo e do iconoclasta, para, assim, tocar em algumas das suas chagas disciplinares. Almeja-se com isso contribuir para o debate historiográfico e crítico da arquitetura e, num sentido indireto, para a reflexão e o fazer arquitetônico<sup>2</sup>. Para tanto, será analisado o movimento da crítica a partir do exame de sua produção textual - especificamente, das publicações disponibilizadas pelo portal Vitruvius - e da articulação de agentes legitimadores da produção do campo arquitetônico ao tratar de dois programas de habitação de interesse social distintos: o Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e o Concurso Renova São Paulo.

## 2. Minha Casa Minha Vida: pressupostos de uma leitura crítica

Esse artigo pretende, à luz de três publicações que tratam criticamente a produção de HIS sob ópticas distintas – “Origens da Habitação Social no Brasil” (1998) de Nabil Bonduki, que a partir de um recorte histórico, faz uma leitura do contexto político dessa produção e de seus programas governamentais;

“Minha casa, e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros” (2015), organizado por Caio Santo Amore, Lúcia Zanin Shimbo e Maria Beatriz Cruz Rufino, que baseia sua crítica nos relatos dos moradores de diversos conjuntos; e “Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil Urbano” (2012), livro coordenado por João Sette Whitaker que ensaia soluções arquitetônicas alternativas para os empreendimentos -, arriscar um panorama que, ao mesmo tempo, coloque em questão alguns pressupostos que a maioria dos textos consultados no portal Vitruvius não explicita, nem examina a fundo, buscando nas entrelinhas as intenções discursivas daquilo que é exposto e omitido.

Nos textos do portal geralmente, questiona-se a má “qualidade urbana” dos conjuntos do MCMV, apontada em sua reprodução *ad infinitum* da mesma solução tipológica em extensos conjuntos monofuncionais, sem preocupação com a especificidade do lugar (COSTA, 2014; COSTA, 2015; COLOSSO, 2014; ALVIM; JANOT, 2014; MARQUES, 2014; MAGALHÃES; SILVA, 2014; MARICATO, 2013; SANCHES; MORETTI, 2013; GHIONE, 2012; LARA, 2012; MAGALHÃES S., 2012; JANOT, 2011; FERREIRA, 2011; NASCIMENTO; TOSTES, 2011; MAGALHÃES S., 2011; LOBO, 2011; SANTOS; SCAGLIUSI, 2011; MUXÍ, 2010; VIOLA, 2010). Tais soluções são apontadas como sintomas da atuação do mercado imobiliário ávido por lucro, despreocupado com a qualidade arquitetônica (BENATTI; SILVA, 2015; JANOT, 2014a; FIGUEIREDO, BALTRUSIS, 2013; IAB, 2013; MARICATO, 2013; SANTANA, 2013; JANOT, 2012; 2013; AKKERMAN, 2012; GHIONE, 2012; LARA, 2012; MAGALHÃES S., 2012; LOBO, 2011; OLIVEIRA, 2010; SOBREIRA, 2010). Evidencia-se, com isso, um primeiro pressuposto implícito no tratamento deste tema: a valorização do problema urbano.

Discursivamente, a naturalização dessa noção se desdobra em dois problemas: primeiramente, num posicionamento de irreduzível antagonismo contra o mercado imobiliário, distanciando o campo arquitetônico de um dos principais agentes de construção da cidade contemporânea e, com isso, abrindo mão de uma reflexão aprofundada sobre a atuação do setor e também da dos arquitetos em relação a ele. Caberia pensar em como atuar e, sobretudo, regular o mercado imobiliário de modo a construir espaços urbanos e habitacionais melhor resolvidos. O segundo problema consiste na ausência de uma reflexão de fato sobre desenho urbano. Apesar da atenção à cidade ser uma constante, ocorre que nem nessas análises, nem nos projetos alternativos à produção do MCMV,

apresentam-se propostas efetivamente mais interessantes e melhor relacionadas à cidade existente. Ela é, no fundo, pensada como mera composição de edifícios, e não como um organismo complexo atravessado por várias forças sociais.

Pode-se afirmar que nos textos supracitados a abordagem preferencialmente política à produção do MCMV, assim como o esforço em se desvincular da cidade do capital financeiro, criticando duramente o mercado imobiliário, reforça a ênfase na escala do objeto que marcou a produção arquitetônica moderna no Brasil desde os anos 1930, além de desconsiderar os conflitos urbanos e os vários agentes em sua constituição, idealizando a cidade.

Um ponto determinante na difusão dessa maneira de pensar a arquitetura, está manifesta claramente na produção brutalista paulistana do final da década de 1960, como Guilherme Wisnik descreve em sua tese de doutorado:

Quase uma década depois da inauguração de Brasília, o centro de gravidade da produção arquitetônica nacional já se havia deslocado do Rio de Janeiro para São Paulo, o pólo industrial e financeiro do país. Surgido no interior da Escola Politécnica, e não da Escola de Belas Artes - como no caso do Rio -, o ensino de arquitetura em São Paulo ganhou um acento mais técnico. Paralelamente, seus edifícios trataram de incorporar a opacidade e a aspereza de uma cidade que cresceu de modo muito rápido e caótico, sob o impulso predatório da especulação imobiliária. (WISNIK, 2012, p.72)

Em seguida, ele considera:

O que arquitetos como Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha estavam procurando, naquele momento, era urbanizar a vida doméstica, isto é, abolir ao máximo possível a intimidade, extirpando as marcas idiossincráticas pessoais ligadas à ideia romântica e burguesa de lar - realizando, por exemplo, uma fusão entre arquitetura e mobiliário em peças contínuas. O que desejavam, assim, era abolir os segredos e confortos do espaço privado familiar em prol de uma ideia cívica de vida inteiramente pública: a casa como um fórum da vida coletiva da cidade, onde cada um tem a sua liberdade pautada pela liberdade do outro, pois as regras da ordem social controlam o arbítrio da subjetividade pessoal (WISNIK, 2012, p.76-9).

A potência plástica e o engajamento político da produção brutalista são extremamente relevantes na construção da narrativa crítica arquitetônica pois estabeleceram alguns paradigmas para a produção contemporânea “erudita”. Sua projeção

se deve, em larga medida, à atuação política de Vilanova Artigas, tanto no Partido Comunista Brasileiro (PCB), quanto na sua articulação dentro do IAB. Igualmente importante é sua participação no desenho da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Ela reitera, como se indicou acima, a tradição arquitetônica brasileira de dar maior destaque e importância à escala do edifício, em detrimento da escala urbana. Essa tradição se vincula a um desejo recorrente de projetar uma cidade idealizada, além da falta de intenção e de instrumentos de reflexão para análise e atuação na cidade real, o que faz com que os edifícios se isolem e os conjuntos pouco dialoguem com a malha urbana existente. Nessa chave, a crítica ao PMCMV é, em grande parte, estruturada segundo essa tradição de valoração de um ideal de cidade que não incorpora a aposta na introversão das dinâmicas urbanas na moradia como fizeram os paulistas nas suas “Casas-Manifesto”, mas se coloca contrária à especulação imobiliária em prol da valorização de uma vida pública, também ela idealizada.

Por isso o ponto fundamental dessa crítica será a inserção urbana dos conjuntos que, via de regra, localizam-se nas franjas da cidade. Reiterando a lógica de expansão horizontal, esse tipo de inserção, cria extensos bairros-dormitório que incrementam o movimento pendular da população e reforçam o transporte sobre rodas como a matriz de deslocamento principal. A análise crítica para nessa escala, não avançando de fato sobre a implantação e as relações entre os conjuntos e o entorno existente. Assim, como indicado anteriormente, apesar de tratar da cidade e coloca-la no centro do debate, esses textos não avançam porque, no fundo, compartilham das mesmas metodologias projetivas, reduzindo, em última análise, a complexidade da cidade e buscando domina-la, com os recursos da prancheta do escritório de arquitetura.

## 2.1 Bases de uma crítica militante

O posicionamento crítico relativo à implantação dos conjuntos nas franjas da cidade, tal como seus resultados urbanísticos e sociais leva frequentemente a um paralelo entre a produção do MCMV e a financiada pelo BNH (BENATTI; SILVA, 2015; JANOT, 2014a; FIGUEIREDO; BALTRUSIS, 2013; LARA, 2012; MAGALHÃES S., 2012; FERREIRA, 2011; NASCIMENTO; TOSTES, 2011; MAGALHÃES S., 2011; MARICATO, 2011; MUXÍ, 2011). Essa comparação está calcada em uma crítica sistematizada desde

a década de 1980, discutida em profundidade por Nabil Bonduki nos livros “Origens da habitação social no Brasil” (1998) e “Pioneiros da Habitação Social” (2014), interpretando as relações entre as políticas urbanas e suas respectivas proposições arquitetônicas. Estendendo sua análise do final do século XIX até meados do século XX, Bonduki cobre um período fundamental na formação das cidades brasileiras tanto em seu modelo de desenvolvimento, quanto na construção de uma certa mentalidade urbana do país, ainda recorrente. Um dos pontos mais relevantes da sua exposição - e que permeia as elaborações críticas sobre o BNH e o MCMV - é a explicação acerca do mecanismo de arrecadação e financiamento da habitação popular e a construção de um vínculo entre o direito à Cidade e a propriedade privada.

Bonduki aponta que, apesar da finaceirização da produção de moradia ter sido determinante para o funcionamento do BNH, o fato da captação se dar a partir de um depósito compulsório dos salários dos trabalhadores formais, via Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criou uma estratificação econômica que restringiu, *a priori*, o alcance do sistema, uma vez que a parcela mais vulnerável da população - informalmente empregada ou desempregada - não podia contribuir e era, por fim, excluída dos programas. De fato, como se sabe, o BNH financiava apenas unidades habitacionais para trabalhadores assalariados regularmente que ganhassem a partir de 3 salários mínimos (SM), enquanto o déficit habitacional se concentrava entre aqueles cuja renda estava entre 0 e 3 SM.

O Sistema Financeiro de Habitação (SFH), portanto, acabou sendo o responsável por reiterar a relação tradicional entre propriedade e direito à cidade. Cabe apontar também, que se reafirmou não apenas essa relação perversa, mas também a própria ideologia da propriedade privada. Afinal, como alega Sandra Cavalcanti, primeira presidenta do BNH: “a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito à propriedade” (BONDUKI, 2014, p.63). Além disso, tendo em vista o número expressivo de unidades financiadas no período - 4,3 milhões em 22 anos -, pode-se ter a escala de difusão desse ideário conservador, ainda mais considerando que a maior parte dos favorecidos pelos financiamentos pertenciam às parcelas da população menos vulneráveis.

A opção pela construção de unidades novas que insiste na valorização da propriedade privada e a manutenção de um sistema financeirizado de crédito e de compra de unidades perduram no

PMCMV e, por isso, são criticados pela maioria dos autores, pelos mesmos motivos já apontados com relação ao BNH. A crítica, contudo, também aponta uma distinção fundamental na concepção dos dois programas em questão: a abrangência pelo PMCMV de rendas inferiores a 3 SM através do subsídio estatal quase integral na compra de unidades. Apesar da inclusão de parcelas economicamente vulneráveis ser um avanço, Nabil Bonduki, em “Pioneiros da habitação social” (2014) mostra que do total de unidades contratadas pelo MCMV para faixa 1 (de 0 a 3 SM) entre 2009 e 2012, nem a metade da meta prevista foi atingida (BONDUKI, 2014). Tal recorrência, bem como os limites enfrentados pelos programas têm relação com a recusa desde o governo militar a qualquer tentativa de estruturação de política fundiária ou de reforma urbana, ao mesmo tempo em que a iniciativa privada tomava as rédeas da produção habitacional.

Outro problema recorrente na produção de edifícios financiada pelo BNH e pelo MCMV é a ausência de cuidado arquitetônico no desenho dos edifícios e a implantação desarticulada dos conjuntos em relação à malha e infraestrutura urbana existente. Esses pontos são citados como prova da ação predatória do mercado imobiliário tanto no âmbito do urbanismo, quanto na escala do objeto arquitetônico.

Do ponto de vista dos críticos, o estabelecimento de um preço máximo para a construção das unidades, enfrentado com a determinação de uma tipologia padrão para os conjuntos denota o descaso para com a qualidade do desenho arquitetônico dos empreendimentos. Não contemplar os diferentes tamanhos de família, oferecendo tipologias com metragens variadas, e a desconsideração da necessidade de eventuais rearranjos nas plantas dos apartamentos pelo uso de alvenaria estrutural, por exemplo, revelariam o caráter mercadológico dos empreendimentos. Além disso, a utilização de materiais de baixa qualidade, assim como a falta de transparência nos procedimentos são apontados como práticas comuns das incorporadoras e depõem contra o MCMV. Os resultados arquitetônicos obtidos e sua baixa qualidade seriam resultado, portanto, de cálculos e objetivos unicamente monetários.

De forma similar, o PMCMV atua seguindo muitos dos parâmetros de implantação aplicados pelo BNH, investindo na produção massiva de unidades novas sem o desenvolvimento de uma política habitacional urbana, o que faz com que o preço da terra aumente significativamente o valor do empreendimento e, considerando que o programa fixa um teto para o preço de cada unidade, opta-se

por construir os conjuntos nas periferias onde a terra é mais barata, mas a oferta de empregos e serviços é extremamente reduzida. Essa equação induz também o tipo de implantação e as soluções padronizadas dos edifícios, construídos da maneira menos onerosa possível para a incorporadora.

Essa problemática foi elencada pela crítica antes mesmo da elaboração do PMCMV e problematizou suas prioridades amparando-se nas análises das experiências anteriores para alertar sobre as desvantagens de uma política habitacional que, ao priorizar a produção de novas unidades, fica suscetível aos princípios mercadológicos de incorporação imobiliária e do setor da construção civil, pautados na produção visando o lucro e a especulação do preço da terra;

Alguns textos que se adiantaram na reflexão sobre os possíveis impactos do programa chamavam a atenção para o descolamento entre déficit e metas de produção: afinal, se 90% do déficit estava nas faixas de renda de até três salários mínimos, por que apenas 40% das unidades era direcionada a essa faixa? Apontavam também a prevalência dos interesses dos setores imobiliário e da construção civil no processo de formulação do Programa, pois os 60% restantes das moradias para rendas superiores já tinham se consolidado como mercado para esses setores pelo menos nos cinco anos que antecederam o lançamento do Minha Casa Minha Vida (...). O perigo de se repetirem os erros reconhecidos do BNH, de produção periférica em locais mal servidos por infraestrutura urbana, já era mencionado, tendo em vista a desarticulação da produção habitacional em relação às matérias urbanísticas, em relação às ações municipais de regulação do uso e ocupação do solo, que estariam apoiadas na efetivação da função social da propriedade, na implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, na elaboração dos Planos Diretores em bases diferentes daquelas que os tinham caracterizado durante os anos 1970 e 1980. A questão da terra, o nó da política urbana brasileira, e da segregação socioespacial eram enfim apontadas como o principal gargalo que o Minha Casa Minha Vida não enfrentava, com consequências ainda difíceis de serem previstas (AMORE, 2015, p.17-8).

Se os apontamentos feitos pela crítica ao MCMV já estavam anunciados antes mesmo da implantação do programa e já tinham sido sistematizados na reflexão arquitetônica, como se justifica uma produção habitacional que insiste em equívocos

tão exaustivamente expostos? Deve-se reforçar, no entanto, que a financeirização, assim como a mentalidade patrimonialista de construção de cidade apontada pela pesquisa de Nabil Bonduki está alinhada, desde o início do processo de urbanização do país, à rentabilidade do setor imobiliário e aos projetos políticos da elite. Sobre a dinâmica econômica do campo durante o governo Vargas, o autor coloca:

Assim, a habitação sempre apareceu de maneira ambígua entre as finalidades dos IAPs: ora como objetivo importante, ligado à ideia da segurança social plena, ora como mero instrumento de capitalização dos recursos captados e, portanto, desprovido de fins sociais. (BONDUKI, 1998, p.101)

Mais adiante, conclui:

Os institutos foram, de fato, essenciais para a viabilização das incorporações imobiliárias, sobretudo no Rio de Janeiro. Seus financiamentos possibilitaram o intenso processo de verticalização e especulação imobiliária que Melo (1992) chamou de “boom” do século. (BONDUKI, 1998, p.105)

Logo, percebe-se que a elaboração de políticas habitacionais foi instrumentalmente utilizada ao longo da história pelo seu potencial de movimentação econômica e oferta de mão de obra não especializada, mostrando-se eficaz no combate às crises financeiras do capital internacional. O enfrentamento da problemática urbana e o gerenciamento do déficit habitacional fica, preponderantemente, em segundo plano. É possível vincular todos os grandes programas de moradia a políticas econômicas de combate às crises do Capital internacional: os projetos executados pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões, durante o governo Vargas, estão intimamente relacionados à política de substituição de importações vigente durante a Segunda Grande Guerra; a produção do BNH pode ser lida, em parte, como uma resposta à crise do petróleo na década de 1970; sobre o PMCMV, Caio Santo Amore, descreve:

É, na origem, um programa econômico. Foi concebido pelos ministérios de “primeira linha” - Casa Civil e Fazenda - em diálogo com o setor imobiliário e da construção civil, e lançado como Medida Provisória (MP 459) em março de 2009, como uma forma declarada de enfrentamento da chamada crise dos *subprimes* americanos que recentemente tinha provocado a quebra de bancos e impactado a economia financeirizada mundial (AMORE, 2015, p.15).

A partir dessa perspectiva, pode-se afirmar que

grande parte da crítica ao PMCMV, do mesmo modo da que se fez ao BNH, baseia-se num posicionamento político que é comum entre diversos autores, o que implica, por diversas vezes, numa análise que aponta equívocos arquitetônicos justificando-os por um modelo econômico nocivo ou uma gestão autoritária. Nesse sentido, o discurso arquitetônico se torna unívoco e elege um inimigo comum personificado pelo mercado imobiliário e pelo não enfrentamento do problema habitacional, ou seja, pela produção de HIS como medida econômica de aquecimento do mercado da construção civil e de absorção de mão de obra não especializada, ao invés de uma elaboração de uma política habitacional urbana pautada na inclusão social.

Esse posicionamento é, sem dúvida, extremamente pertinente em muitos aspectos e tem grande relevância ao analisarmos a crise urbana enfrentada pelas metrópoles brasileiras. Porém, deve-se evitar a adoção de axiomas na crítica arquitetônica. Seria equivocado vincular uma solução formal a um posicionamento político sem considerar suas intermediações e mudanças de sentido. Esse nunca será inerente àquela e vice-versa. O vínculo entre o projeto de arquitetura e a agenda política só se dá de fato através da construção teórica e a naturalização dessas relações pode, facilmente, reiterar relações opressivas de poder. À crítica, portanto, cabe o desafio insistente desses pressupostos discursivos e a busca pelo debate constante, como explicita Montaner: “O trabalho da crítica, como o da filosofia, parte da dúvida e da indagação, e deve, inclusive, aceitar erros e mudanças. Nesse sentido é diametralmente oposto à argumentação política” (MONTANER, 2007, p.16). Ou seja, apesar de reconhecer a pertinência dos apontamentos elaborados pela crítica militante, é preocupante considerar que eles esgotam a problemática habitacional que o PMCMV desvela. Apesar da sua relevância inquestionável, a baixa qualidade dos conjuntos habitacionais do Governo Federal não pode ser explicada apenas pelo aspecto político.

## 2.2. Uma crítica a partir da demanda

A questão abordada é examinada sob outra óptica na pesquisa elaborada pelo Observatório das Metrópoles e que resultou na publicação *Minha Casa... e a Cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Fruto de investigação exaustiva, a pesquisa traz uma pluralidade de olhares sobre a produção do programa.

Essa abrangência denota que a crítica foi

pautada por um exame profundo do programa, objetivando o fomento de um debate que contribua na criação de uma política habitacional mais integrada às demandas da população. Essa intenção fica clara na metodologia de investigação ao estipular eixos analíticos que compreendem o desenho institucional do PMCMV, os agentes que nele atuam, o perfil dos moradores, o processo de cadastramento, bem como a análise tipológica dos edifícios e sua inserção na malha urbana.

Destaca-se a pesquisa desenvolvida pela equipe da PUC - SP que se debruçou sobre o Conjunto Residencial Flor de Jasmim - primeiro empreendimento do PMCMV no município de Osasco - e a atuação do Departamento de Trabalho Social (TS) na região, analisando sua relação com o PMCMV. A abordagem da pesquisa, ao pretender responder “Quais necessidades sociais estão sendo atendidas? Que cidades estão sendo construídas?” (ARREGUI; BLANCO; PAZ; RODRIGUES, 2015, p.256) e aprofundar-se em questões tais como o desenvolvimento do TS, revela um câmbio hierárquico no tratamento do PMCMV: inicialmente, indaga-se sobre inclusão social e, a partir dela, sobre a construção da cidade.

A ocupação do empreendimento foi marcada por diversas conquistas do TS. Entre elas a criação de um Índice de Prioridade de Atendimento Habitacional que estabeleceu critérios de vulnerabilidade prioritários no atendimento do programa e abriu de canais de diálogo com a população. Nesse contexto, definiu-se a composição da demanda para o empreendimento a partir de remoções de famílias em áreas de risco. Entretanto, o estudo aponta que a discrepância na trajetória e na área de origem das famílias que compuseram a demanda do empreendimento foi determinante no surgimento de conflitos entre os moradores: há tráfico de drogas no empreendimento. A violência contribui para o isolamento ainda maior das famílias e o abandono das áreas comuns do condomínio. As entrevistas feitas com moradores do conjunto revelam que mais da metade dos entrevistados consideram-no mais violento do que a moradia anterior.

De fato, a mudança e o desenho do projeto habitacional proposto geraram nova geografia nas relações de sociabilidade e de convivência com o tráfico e a polícia. O modelo condominial não só é externo à cultura da população que provém de favelas e assentamentos, como também tendeu à privatização e regulamentação dos espaços públicos e ao confinamento intramuros de uma situação de violência que reedita uma nova situação de risco (ARREGUI;

BLANCO; PAZ; RODRIGUES, 2015, p.256).

Ademais, através das declarações dos moradores, revelam-se dois aspectos distintos que contribuem com a aparecimento de práticas ilegais nos conjuntos e que, comumente, são negligenciadas pela crítica: o modelo condominial de moradia de classe média, no qual os padrões do PMCMV são baseados, pressupõe uma normativa social absolutamente externa à cultura da população advinda de assentamentos precários. Esse modelo acaba dissolvendo as articulações preexistentes nas comunidades e minando a participação dos moradores, centralizando na figura do síndico a liderança do condomínio. O outro, é o acréscimo do custo da moradia formal e da sua infraestrutura básica nas despesas diárias dos moradores que passam a arcar com a prestação do imóvel, o custo condominial, além das tarifas de serviço inexistentes num assentamento informal, uma vez que são acessados frequentemente por ligações clandestinas.

Segundo o estudo, a performance do TS nas estruturas administrativas no município de Osasco representou um avanço no diálogo entre o poder público e a sociedade civil, tal como na criação da demanda prioritária para o PMCMV, entretanto é necessária a sistematização de um acompanhamento social consistente durante todo o processo de realocação e ocupação dos conjuntos habitacionais que garanta a interlocução entre os moradores e as equipes envolvidas com o empreendimento, assim como na criação de um canal de diálogo entre as famílias beneficiadas, auxiliando o desenvolvimento de uma “cultura de vizinhança” baseada nas dinâmicas relacionais identificadas nas comunidades.

Uma questão central para repensar novas estratégias de trabalho é olhar para além do empreendimento, do conjunto habitacional, e focar no território, nos sujeitos e nas relações que se estabelecem; olhar para as potencialidades e fragilidades manifestadas nos territórios, à luz do conceito de moradia digna. Esse é o desafio: trabalhar para além dos muros do empreendimento, da unidade habitacional. Nessa direção, o PMCMV precisa ter abertura e financiar planos de TS que inovem nas estratégias e ações nos territórios (ARREGUI; BLANCO; PAZ; RODRIGUES, 2015, p.256).

A investigação revela, portanto, a necessidade de enfrentar um outro conjunto de questões sociais, além das técnicas e políticas, que impactam os modelos de desenho e gestão dos empreendimentos. O modelo condominial induzido por uma implantação que privilegia o espaço interno do con-

junto em detrimento dos diálogos com o entorno imediato e pela legislação, traz um conjunto de problemas que a pesquisa apresenta e que, de novo, coloca desafios cujo enfrentamento deve se dar tanto na escala do desenho, quanto na da gestão e da política institucional. Assim, nota-se por outro ângulo a importância de estudar a escala intermediária entre o território e a unidade habitacional, entre o programa e o indivíduo, entre a política e a disciplina.

É notório, a partir da crítica feita pelas pelo Observatório das Metrópoles, que seu discurso foi elaborado de maneira diferente daquele apresentado pela maioria dos textos consultados pelo portal Vitruvius. Embora as conclusões das leituras sejam, em ampla medida, compatíveis, a construção de suas narrativas é bastante diferente nos seus pressupostos. Isso revela intenções distintas na crítica arquitetônica que devem ser expostas, no sentido de aprofundar o debate. A metodologia de pesquisa que resultou na publicação da Rede Cidade e Moradia parte de um olhar distinto: o do depoimento do morador. Essa operação despe o discurso de um modelo ideológico ou paradigma arquitetônico, *a priori*, na intenção de aproximar-se da vivência do habitante. Cumpre ressaltar que a ideologia não é, de forma alguma, o alvo da crítica. Nota-se inclusive, que é compatível àquela adotada pelo Observatório:

São aspectos que preocupam os pesquisadores, todos militantes da luta pelo direito à cidade, pois um programa habitacional que atende primordialmente aos interesses do setor privado, sem os vínculos necessários com uma política urbana e fundiária que lhe dê suporte, estimula, como efeito de seu próprio êxito, o aumento do preço dos imóveis da cidade e tem gerado péssimas inserções urbanas, correndo o risco de cristalizar, na velocidade alucinante das contratações, novos territórios de guetificação e segregação social (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015, p.419).

Isto posto, convém considerar que a militância política pelo direito à cidade e a pesquisa se dão numa via de mão dupla com o projeto e com as proposições de políticas habitacionais. Observa-se que, para os autores citados, a crítica sistemática e o levantamento do existente têm como fio condutor a necessidade da atuação efetiva sobre o território que considere a cidade em sua complexidade. Aquela fornece o aporte teórico para o projeto dessa, mudando o olhar do projetista, sensibilizando-o ao outro.

### 2.3 O desenho como cidade

O protagonismo da cidade no pensamento arquitetônico, como visto anteriormente, pode levar a perspectivas díspares ao tratar da produção de HIS. Em grande parte da crítica, no entanto, a naturalização de um discurso que valoriza sobremaneira o desenho de arquitetura acaba por ocultar um número significativo de questões que transbordam as diretrizes do projeto propriamente dito.

Um sintoma claro desse vício crítico consiste na leitura da cidade a partir das relações formais estabelecidas pelo objeto arquitetônico com a malha urbana, ao invés de uma que parte das relações sociais e das necessidades da população. É preciso sublinhar que essa interpretação resulta não só de um posicionamento político cultivado inexoravelmente na Academia, que identifica a atuação do mercado imobiliário como prejudicial, mas de uma narrativa historiográfica da arquitetura que valorizou o projeto como obra de arte. Estende-se, dessa forma, o entendimento do objeto arquitetônico, que passa a assumir, para uma parcela significativa da crítica, a função do urbanismo, valorizando o desenho em detrimento das relações sociais, necessidades e anseios do morador. Percebe-se essa relação com muita clareza na escala do desenho de implantação dos edifícios.

Na publicação “Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano” produzida pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab) da FAU-USP, há um capítulo dedicado a estipular parâmetros de qualidade urbanística. Todavia, a despeito das várias escalas, as análises na publicação organizada por Whitaker parecem se centrar em duas: a do território e a do edifício. A relevância dessas questões é indiscutível, porém a ausência de uma análise da demanda que compôs o empreendimento investigado compromete a objetividade da pesquisa, uma vez que os parâmetros de qualidade habitacional para um arquiteto são construídos de maneira muito discrepante daqueles apreciados pelos moradores do conjunto. Corre-se o risco, pois, de assumir a posição de arquiteto demiurgo, cujo desenho pretende contemplar as necessidades do outro.

É inédita, contudo, a apreciação, mesmo que incipiente, da sustentabilidade energética das unidades, indicada pela adição de painéis fotovoltaicos em ensaios para tipologias alternativas. Essa investigação pode indicar soluções para o problema gerado pelo custo elevado que a infraestrutura formal tem na renda das

famílias que habitam os empreendimentos destinados à faixa 1, reduzindo, conseqüentemente, a inadimplência.

Outro mérito do livro organizado pelo LabCidade é o de fazer, a partir de três propostas elaboradas por escritórios de arquitetura, um detalhado orçamento no intuito de contrapor as soluções tipológicas repetitivas dos empreendimentos construídos pelas incorporadoras com proposições consideradas arquitetônica e urbanisticamente mais adequada. Considerou-se o valor máximo por unidade de R\$ 130.000,00, teto da faixa 1 do PMCMV. O orçamento foi decomposto em custo de construção; de projeto, gestão e lucro; além do preço do terrenos, reais. Esses elementos compõem respectivamente 60%, 30% e 10% do valor total do imóvel (WHITAKER, 2012, p.129).

O objetivo é evidenciar como, da prancheta desses arquitetos, saíram ideias que, ainda que dentro das condicionantes da nossa realidade, fujam das soluções automatizadas que o mercado produz, valorizando aspectos de boas soluções arquitetônicas que são raras no cenário urbano atual (WHITAKER, 2012, p.128).

Observa-se, contudo, que a maioria dos ensaios apresentados pelos escritórios de arquitetura insistem numa intervenção volumétrica extremamente contrastante com a morfologia da malha urbana existente, facilitando o cercamento de largos trechos da cidade e contribuindo, em última análise, para a construção de uma mentalidade privatista calcada no modelo condominial de moradia. Identifica-se, então, algumas das premissas adotadas pelos escritórios, que podem ilustrar alguns vícios formais da metodologia projetual empregada na composição do objeto arquitetônico compreendido como desenho urbano. A análise a seguir leva em consideração a descrição do processo projetual descrito na publicação.

O exame das propostas apresentadas indica, em todos os casos, uma tentativa de solucionar com o objeto arquitetônico, a questão da urbanidade. Porém, o desenho do espaço público desejado não é suficientemente detalhado em nenhum dos ensaios apresentados. Um indicador desse problema metodológico é a escala dos desenhos de implantação, deflagrando uma tendência formalista de pensar inserção urbana como composição escultórica. Essa conclusão é reforçada pela insistência no modelo de implantação do edifício isolado no lote ou inserido num contexto condominial, tal como pela frequente ausência de detalhamento das áreas comuns e pelo desenho paisagístico arbitrário. Constata-se, portanto, uma séria

deficiência numa prática arquitetônica que pretende dar conta da cidade a partir do edifício sem se debruçar na escala intermediária entre o conjunto, a quadra, o pavimento tipo e o entorno imediato. Também é necessário considerar que os enfrentamentos propostos na publicação descon sideram, em absoluto, as relações sociais de um grupo de moradores. Como visto anteriormente, no estudo desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles, as especificidades sociais que compõem a demanda do edifício são determinantes para a criação de HIS adequada. Sendo assim, um ensaio projetual para população de baixa renda que não leva em conta o morador acaba traduzindo o profundo formalismo da produção arquitetônica brasileira.

Cabe, nesse contexto, buscar uma justificativa histórica para a consagração paradigmática do objeto arquitetônico no centro do discurso urbanístico e simultaneamente como obra de arte no âmbito da habitação social. Tal formulação, conforme já foi mencionado nesse ensaio, na produção contemporânea paulistana, deve muito à figura de João Vilanova Artigas e a criação do curso de arquitetura da FAU-USP. Entretanto, identifica-se em grande parte dos textos consultados um elogio aos projetos de habitação financiados pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e pela Fundação Casa Popular (FCP). Logo, aproximar-se criticamente dessa produção é necessário para que entendamos os valores consagrados pela produção erudita.

A dimensão dessa leitura é tamanha que todas as obras contempladas pela coleção “Pioneiros da Habitação Social” foram financiadas com esses fundos. Em seu livro anterior, Nabil Bonduki investiga profundamente a produção desse período e ressalta sua qualidade arquitetônica.

Do ponto de vista qualitativo, a produção dos conjuntos habitacionais pelos IAPs merecem destaque tanto pelo nível dos projetos como pelo impacto que tiveram, definindo novas tipologias de ocupação do espaço e introduzindo tendências urbanísticas inovadoras (BONDUKI, 1998, p.127).

É preciso ter em conta que grande parte dessa produção foi conceitualmente construída, a partir das reflexões arquitetônicas modernistas elaboradas nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna no final da década de 1920: a temática da habitação mínima explorada em 1929, assim como a Carta de Atenas publicada pelo 4º CIAM em 1933 são dois exemplos comuns do que foi, na realidade, a elaboração teórica mais potente na definição do léxico modernista. Nessa

chave, é pertinente citar outro grande fator de consagração da arquitetura moderna brasileira como símbolo: a exposição e publicação “*Brazil Builds*” (1942-43), feita pelo MoMA e que inseriu a arquitetura brasileira na vanguarda artística.

Outro parâmetro determinante para a consagração simbólica dessa produção foi a presença de arquitetos nos órgãos públicos responsáveis pelos projetos dos conjuntos habitacionais, notoriamente Carmen Portinho e Alfonso Eduardo Reidy no Departamento de Habitação Popular, fundado em 1946 que, no ano seguinte, seriam responsáveis pelo conjunto habitacional de interesse popular mais paradigmático da arquitetura Brasileira: o Conjunto Pedregulho. Nele “aparece de forma mais acabada a relação entre habitação social, modernização, educação popular e transformação da sociedade” (BONDUKI, 1998, p.139).

Identifica-se, com o Pedregulho, a noção de HIS que grande parte do campo “erudito” da arquitetura baseia sua crítica. Todavia, não se pode perder de vista a carga simbólica que o período tem na construção da narrativa arquitetônica nacional e que o conjunto está inserido num contexto político desenvolvimentista, no qual a ortodoxia do viver moderno desenvolvido nos CIAMs, encontrava-se com o mito do progresso num Brasil recém-saído da ditadura Vargas. À revelia da maestria formal do objeto arquitetônico, o morar moderno foi imposto à população.

Independentemente dos indiscutíveis méritos de Reidy no projeto dos equipamentos comunitários e demais blocos, sua grande inovação está na concepção do imenso edifício serpenteante, construído na parte elevada do terreno (...). Este bloco concretiza magistralmente a proposta de Le Corbusier para a *Unité d’habitation*, inovando na criação de uma nova relação paisagem-espço construído. (BONDUKI, 1998, p.170).

Os posicionamentos críticos destacados até aqui, buscam construir um panorama dos discursos que pautam a produção de HIS principalmente no contexto paulistano. Examinando-os, pode-se apontar algumas narrativas comuns aos posicionamentos, sendo a mais evidente aquela em que a cidade está no centro do debate arquitetônico. Ela, entretanto, é idealizada pela crítica que, calcada num antagonismo unânime ao mercado imobiliário, estrutura-se para combater um projeto político, ao invés de investigar na própria produção arquitetônica “erudita” elementos para aprofundar o debate. Dessa forma, o protagonismo da cidade no pensamento arquitetônico permanece uma

utopia, enquanto o desenho de projeto continua debruçado sobre a escala do edifício ou do território, despreocupado com a escala intermediária que faz a relação com a cidade real e com a complexa rede de forças sociais que a permeia.

### **3. O Concurso Renova SP: muito texto e pouca crítica**

O movimento de uma parcela da crítica arquitetônica aqui representado pelo conjunto de artigos publicados no portal Vitruvius sob as palavras chave “Renova São Paulo”, ao tratar do concurso promovido pela Prefeitura de São Paulo, é muito similar àquele observado na parte anterior: um consenso retumbante. O posicionamento, no entanto, é contrário, cobrindo de elogios o concurso e os projetos vencedores.

É preciso notar, no entanto, que o número de artigos no portal que tratam do concurso é consideravelmente menor do que o de textos que citam o programa federal. Ademais, o caráter dos textos é, também, bastante distinto daqueles que o analisam. Majoritariamente, trata-se de anúncios de eventos, lançamento de livros e palestras (TEMPO..., 2015; VIGLIECCA..., 2013; CAMARGO, 2012; SEHAB..., 2012; POLÍTICA..., 2012; CRUZ, 2012; EXPOSIÇÃO..., 2012; SOMEKH, 2011; VIII SEMINÁRIO, 2012; SEHAB..., 2011; RENOVA, 2011). Há ainda textos que anunciam vencedores do prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA): em 2011, o concurso é citado no texto de premiação do jornalista Raul Juste Lores da *Folha de São Paulo* (SOMEKH, 2011) e, em 2012, ao premiar Hector Vigliecca na categoria *Urbanidade* por projetos de habitação social (CAMARGO, 2012). Outro artigo anuncia a entrega do primeiro prêmio Vilanova Artigas, organizado pelo IAB de São Paulo à Elisabete França pela sua atuação na Sehab (CRUZ, 2011).

Nessa chave, pode-se arriscar uma análise da unanimidade elogiosa da crítica em relação ao concurso, uma vez que nenhum texto do portal aponta o que Patrícia Samora questiona num artigo da revista *AU*:

O concurso não rediscute a presente dinâmica urbana paulistana, fortemente relacionada com a desigualdade no acesso à terra urbana e à moradia digna, que resultou numa enorme periferia onde abundam assentamentos precários (SAMORA, 2011, s.p.).

Tendo em vista a articulação política da crítica, bem como sua coerência e agilidade na elaboração

argumentativa - já havia reflexões sobre as metas de produção do PMCMV antes mesmo dele ser lançado -, além da vasta bibliografia dedicada à análise dos dois primeiros anos de operação do programa federal, cujas conclusões enfatizam, em grande parte dos casos, os problemas na construção dos grandes condomínios distantes dos centros urbanos, vinculando-os ao crescimento horizontal da malha urbana e, conseqüentemente, ao agravamento da inequidade sócio espacial. Seu silêncio ao se deparar com uma proposição que insiste na criação de novas unidades habitacionais nas periferias da cidade é espantoso.

Inegavelmente a atuação da Sehab na criação do Sistema de informações para Habitação Social na Cidade de São Paulo (Habisp) foi louvável. O trabalho de levantamento e cadastramento de assentamentos precários, assim como o diagnóstico de áreas de risco é inédito e precioso, essencial para a elaboração de projetos urbanísticos mais contundentes. Entretanto, a escolha pela construção de novos edifícios nas periferias, mesmo que amparados pelo projeto urbano que o concurso previa ao invés, por exemplo, da readequação de imóveis desocupados no centro, revela uma incongruência grave nessa narrativa arquitetônica que diagnosticara, poucos anos antes, esse mesmo erro no MCMV.

### 3.1. O modelo do concurso de arquitetura

A noção de que o concurso de projeto garantiria a qualidade arquitetônica de um edifício carrega em si a naturalização de uma narrativa que enaltece a autoria do projeto, subvertendo o protagonismo do usuário do edifício em favor da criação de uma figura genial. Notoriamente os agentes promotores do Renova SP, consideram o desenho do arquiteto - na verdade de certos profissionais -, como sinônimo de qualidade, conjecturando um contraponto aos conjuntos habitacionais construídos pelo mercado imobiliário, a grande maioria deles, afinal, também desenhados por arquitetos, mas não os valorizados pela crítica dominante.

Daí emerge um duplo fetiche pelo desenho arquitetônico. Considerado como gesto potencialmente civilizatório e indicador de novas maneiras de viver, ele passa a ser lido como um manifesto político, um modelo ético. Leitura materializada, por exemplo, nas análises das casas-manifesto construídas na segunda metade do século XX em São Paulo, que introjetam signos políticos à materialidade da obra e assim por diante.

Ao mesmo tempo, o apelo formal do desenho propriamente dito ganha uma relevância excessiva no contexto da competição de projetos, transcendendo o mero registro bidimensional de um edifício para atingir o status de obra de arte. Isso se dá pois a representação arquitetônica, além de trazer consigo a “assinatura” do escritório / arquiteto-gênio que lapidou demoradamente sua “linguagem”, torna-se, no concurso, a principal ferramenta de distinção entre os concorrentes e o interlocutor mais contundente e convincente entre o participante e a comissão julgadora.

A lógica dos concursos incrementa drasticamente o valor da imagem no projeto arquitetônico, passando a ditar, inclusive, o modo de sua exposição para o público em geral e reitera, com as sedutoras imagens renderizadas, a fetichização, não só do objeto construído, mas do próprio desenho do projeto.

Historicamente o concurso de arquitetura no Brasil destinou-se à construção obras paradigmáticas como o Palácio Capanema, o Pavilhão de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer para a Feira de Nova Iorque em 1939, ou o Plano Piloto de Brasília. Obras nas quais o apelo formal do edifício era determinante, pois contribuiu para construção de uma identidade nacional, criando, assim, uma narrativa de um projeto de país sintetizada nos edifícios. Não é por acaso que os exemplos citados se tornaram obras antológicas da arquitetura brasileira e definiram o léxico projetual das principais escolas modernistas do país: havia um projeto político por trás da seleção dos projetos premiados, assim como houve um recorte histórico arbitrário responsável pela consagração dessa produção. Nesse sentido, a valorização formalista da arquitetura no Brasil tem uma longa história.

Esse breve exemplo se mostra suficiente para indicar a tenuidade da linha que separa a história das ideias da história das obras na arquitetura brasileira. A contaminação da análise de um edifício pela trajetória política de seu autor - e mais ainda, pela narrativa de sua trajetória política - ganha força justamente no modelo do concurso de projeto, pelo protagonismo que dá criador. A partir dessa leitura, a competição se torna um ponto chave para a legitimação simbólica da arquitetura como obra de arte e para a autonomização do campo projetual: “Um concurso é a melhor oportunidade para o arquiteto dizer o que quiser, de modo público. Fica publicada a curiosidade indagativa, criativa, da arquitetura, do urbanismo” (ROCHA, 2011, p.16).

A cultura de valorização do concurso é exten-

samente divulgada e celebrada pelo IAB, que, segundo Fabiano Sobreira e Vanessa Cristina, foi responsável por 59,18% das competições organizadas de 2005 a 2014 (SOBREIRA, WANDERLEY, 2015). Nota-se também, que todos os textos consultados no portal Vitruvius que foram redigidos por comissões vinculadas ao instituto apresentam algum tipo de argumentação em favor do modelo. Ainda convém destacar que o site possui uma sessão exclusivamente dedicada à divulgação de editais para concursos, o que enfatiza a importância do modelo no campo “erudito”.

Apesar da importância do modelo para o processo de difusão e consagração do campo, a pesquisa organizada pelo Observatório das Metrópoles no livro “Minha Casa... e a Cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros”, apresenta algumas questões que parecem incompatíveis com a dinâmica de um concurso e até mesmo do caráter arquitetônico dos projetos premiados. Indaga-se, pois, se uma obra carregada dos maneirismos projetuais consagrados pelo IAB e coberta pelos signos políticos de determinado “artista” é, de fato, a casa que supre as necessidades cotidianas dos potenciais moradores e correspondem de alguma maneira às diferentes concepções de habitar com que o usuário está familiarizado.

Questiona-se ainda a magnitude do concurso em relação ao tempo dado ao júri para avaliar a proposta: seriam 3 dias suficientes para um corpo de júri integrado por 6 pessoas - dois estrangeiros - debater cada uma das 109 propostas distintas (BARDA; FRANÇA, 2011)? Dividindo-se o número de propostas pelas vinte e quatro horas de trabalho acumuladas durante os três dias, obtém-se uma média de avaliação de aproximadamente uma proposta a cada 20 minutos. Tendo em mente que cada projeto lidou necessariamente com demolições e reassentamento de um número considerável de famílias, a agilidade no processo de indicação dos vencedores do concurso parece temerária.

A composição do júri também é passível de contestação. Integrado exclusivamente por arquitetos sem vínculo algum com as regiões em que o Renova São Paulo pretendia atuar, o concurso insiste em excluir o morador das tomadas de decisão. Ora, considerando a crítica ao PMCMV apresentada na pesquisa do Observatório das Metrópoles que destaca a importância de um diálogo sistemático com a população que habitará os conjuntos habitacionais, qual o significado de um júri no qual nenhum dos integrantes tem contato com os moradores dos assentamentos contemplados?

Esse posicionamento revela um descompasso grave entre o campo de pesquisa arquitetônica e a produção projetual de HIS.

O conjunto de fatores elencados nessa reflexão aponta, portanto, para uma atuação impositiva do concurso ao selecionar os projetos vencedores desconsiderando as particularidades sociais de cada comunidade e, possivelmente, premiando um modo de morar estranho a elas. Soma-se a isso, uma seleção corporativista de júri que, além de não considerar a participação de representantes das comunidades na seleção dos projetos, foi composto por arquitetos de trajetórias semelhantes, favorecendo a premiação de um único tipo de arquitetura.

É preciso entender, inclusive com propósito de desmistificar a produção arquitetônica, que a dinâmica de participação em um concurso de arquitetura é extremamente custosa para os escritórios. Para cumprir os exíguos prazos de entrega, as equipes se sujeitam a jornadas estendidas de trabalho em horários extra-comerciais, uma vez que os outros projetos não são suspensos. Além disso, há o custo adicional da inscrição na competição, da produção de maquetes físicas e eletrônicas, imagens renderizadas e diagramas. Observa-se, então, que as competições selecionam, *a priori*, um tipo de escritório com mão de obra disponível para jornadas extras de trabalho e com caixa suficiente para arcar com os custos extras de funcionamento do escritório pelos períodos estendidos da produção, sem qualquer garantia de retorno financeiro. Outra prática comum é a contratação informal de estagiários para os períodos de concurso (KOGAN, 2011).

Esboçou-se, com o Renova São Paulo, uma produção de HIS que aposta mais nas soluções formais da arquitetura do que num desenho urbano calçado na sua relação com o usuário. Reafirma-se assim, o papel do arquiteto demiurgo que pretende determinar, desde a prancheta do escritório, o modo de morar de indivíduos com trajetórias discrepantes da sua própria. Isto posto, nota-se que o concurso de projeto é determinante para a manutenção do narcisismo arquitetônico que concebe o desenho do edifício como obra de arte. Esse mecanismo de contratação, ao tratar de grandes quantidades de unidades habitacionais, pode se tornar autoritário se não considerar as particularidades das comunidades afetadas pelos projetos, alienando os moradores da construção de suas casas, resultando em diversos problemas de pós-ocupação.

O argumento de que o concurso de projeto é uma oportunidade de debater novas ideias archi-

tetônicas é também comprometido ao considerarmos que os membros do júri têm perspectivas semelhantes em relação à qualidade arquitetônica, dada a similaridade de suas trajetórias. Nessa chave, a competição, pelo regime de trabalho que impõe às equipes, bem como pelos custos de produção, não é um modelo que garante democraticamente oportunidade de contratação aos participantes.

Pode-se medir o grau de autonomia de um campo de produção erudita com base no poder de que dispõe para definir as normas de sua produção, os critérios de avaliação de seus produtos e, portanto, para retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com seus princípios próprios de funcionamento (BOURDIEU, 2003, p.106).

Nesse âmbito, deve-se refletir sobre o papel do IAB na promoção de concursos dessa sorte: qual o interesse em insistir num modelo de contratação que dá ampla margem de vantagem aos escritórios cuja renda permite a participação nas competições, ou que contratam funcionários em regime de subemprego? Torna-se necessária uma crítica sistemática desse modelo de contratação, assim como aos projetos premiados.

Por outro lado, tratando-se de projetos de grande porte, inacessíveis para escritórios pequenos por indicação, o concurso de arquitetura democratiza, em determinada medida, o acesso de escritórios aos projetos. E, inegavelmente, é um modelo melhor do que a desastrosa licitação por preços. Não obstante, refletir criticamente sobre o modelo de concurso pelo qual o IAB advoga é essencial para o impedimento da oligopolização do campo erudito da arquitetura. A participação de escritórios de trajetórias distintas e origens menos abastadas deve ser estimulada para que novas soluções sejam expostas e reverberem nas instâncias de legitimação e difusão do campo, expondo-as, inclusive à crítica. Um novo modelo para competição e contrato de projetos é essencial para a democratização real do campo e, conseqüentemente, para a atuação efetiva da arquitetura na cidade.

### **3.2. A revista *Monolito* e uma crítica operacional da arquitetura**

Os processos do campo de produção erudita em direção à autonomia caracterizam-se pela tendência cada vez mais marcada da crítica (recrutada em grande parte no próprio corpo de produtores) de atribuir a si mesma a tarefa, não mais de produzir os instrumentos de apro-

priação que a obra exige de modo cada vez mais imperativo na medida em que se distancia do público, mas de fornecer uma interpretação “criativa” para uso dos “criadores”. Destarte, constituem-se “sociedades de admiração mútua”, pequenas seitas fechadas em seu esoterismo e, ao mesmo tempo, surgem os signos de uma nova solidariedade entre o artista e o crítico (BOURDIEU, 2003, p.107).

Entendendo a relevância da publicação como instância de consagração da produção de arquitetura “erudita”, é auspicioso examiná-la buscando identificar os pressupostos discursivos que justificam o alinhamento da crítica aos autores dos projetos. Almeja-se, dessa forma, discutir a operacionalidade da crítica paulistana das últimas décadas.

Em seu trabalho de conclusão de curso “Crítica de Arquitetura no Brasil 1985 – 2010”, Jaime Solares Carmona aponta uma operação de seleção historiográfica semelhante na exposição “Ainda Modernos?” organizada por André Corrêa do Lago e Lauro Cavalcanti em 2005. Nela, a supressão completa das décadas de 1970 e 1980, pretende traçar um paralelo direto entre a produção da década de 1940 e 1950 - período chave na consagração internacional da arquitetura moderna brasileira e, via de regra, canonizada exaustivamente pela crítica - com as obras feitas a partir dos anos 1990. Carmona denuncia o fato da produção contemporânea possuir, segundo Cavalcanti e Lago, “uma clara influência e inspiração nos projetos modernistas históricos brasileiros dos anos 1940 e 1950 (...) o moderno é tomado como linguagem e não mais como ideologia”:

Ou seja, a arquitetura contemporânea seria, afinal, uma continuação amaneirada, que se utiliza da linguagem moderna como faziam os ecléticos em relação aos estilos clássicos, românticos, etc., numa composição linguística esvaziada de seu sentido original (CARMONA, 2015, p.118).

A seguir Carmona destaca a exposição “Coletivo: arquitetura paulista na cidade”, organizada pelos próprios escritórios expoentes e analisada posteriormente por três críticos convidados, como um evento representativo do “espírito contemporâneo” da arquitetura paulistana<sup>3</sup>. A crítica, nesse contexto, sem papel curatorial, foi apenas convidada pelos autores a comentar as obras, e o termo “coletivo”, mesmo aparecendo como contraponto à ideia de autoria individual, não discute essa noção de fato, apenas desloca seu foco, dando o protagonismo da obra ao escritório. A análise confirma a placidez do posicionamento crítico em relação à

produção “erudita” paulistana. A reboque das arbitrariedades estilísticas, de relações interpessoais e institucionais, a crítica se relegou aos cândidos comentários, ou às análises elogiosas, deixando de expor as contradições de uma produção que a contrata para defendê-la. Esse impasse descreve a situação da disciplina e começa a fornecer uma justificativa para a mímica do debate arquitetônico das últimas décadas e para a consensualidade observada nos artigos do portal Vitruvius.

Não é surpreendente, portanto, que a revista *Monolito* se posicione escancaradamente em favor do Concurso *Renova SP*. Alguns dos membros de seu conselho editorial tem relações a serem notadas: chefiado por Fernando Serapião que integra a comissão de júri da APCA; ainda conta com Agnaldo Farias - orientador do doutorado de Guilherme Wisnik que também compõe o júri da APCA, foi convidado como crítico pelos escritórios do “coletivo” e curador da X Bienal de arquitetura (2013); e André Correia do Lago que, como apontado anteriormente, contribuiu, a partir da exposição “Ainda Modernos?” (2005), com a construção da narrativa que ambicionava legitimar uma parcela produção invocando a tradição modernista. Isto posto, cumpre notar que, dos seis escritórios que compunham o “coletivo”, três são contemplados pela sétima edição da *Monolito*, dois foram indicados ao primeiro prêmio do concurso *Renova SP* e um ficou em segundo lugar.

Ressalta-se, então, a importância da impessoalidade do projeto de arquitetura. Ao expor as diversas relações pessoais entre os arquitetos produtores e difusores do campo “erudito” torna-se nítida a relevância que o sujeito/autor assume na produção paulistana. Essa personificação do arquiteto em sua obra fortalece a noção de projeto como objeto de arte e, conseqüentemente, mistifica a autoria, prejudicando em demasia a ação da crítica que ao indicar defeitos em um projeto é lida como inimiga pessoal dos autores. Nesse contexto, cabe questionar para quem, afinal, o projeto de arquitetura se destina? A ênfase na autoria faz parecer que o arquiteto projeta para si. Entretanto, ao tratarmos de habitação coletiva de interesse social, o tecido de relações humanas em que o objeto arquitetônico é inserido foge, e muito, de qualquer devaneio autoral.

Sendo assim, é preciso retomar a produção celebrada pelo periódico com o rigor crítico observado nos textos que examinaram o PMCMV, despidendo-se das prerrogativas discursivas que povoam os textos da crítica e ensaiando, pois, uma análise dos objetos arquitetônicos em sua relação com a

cidade, desconsiderando qualquer narrativa elaborada para justificar arbítrios de um pretense artista para que a história das ideias e os maneirismos modernistas não atenuem um possível autoritarismo de uma intervenção e que o debate no campo arquitetônico não poupe a produção legitimada por suas instâncias de consagração tradicionais.

A sétima edição do periódico, dedicada à Habitação social em São Paulo, tem seu editorial intitulado “A guerrilheira Urbana” que se ocupa em descrever um dia de trabalho de Elisabete França, como vimos, personagem central na articulação de uma política urbana integrada durante o período e da promoção do Concurso. Nesse artigo, lê-se: “O sucesso de seu desempenho está baseado em um orçamento mais robusto (...) e uma metodologia de trabalho que, entre outras coisas, valoriza a atuação dos arquitetos” (SERAPIÃO, 2012, p.19). É celebrado, desse modo, o concurso como mecanismo de valorização do arquiteto, insistindo na relevância da autoria e do desenho. Simultaneamente, o texto centraliza na figura de França um ideal político, personificando a gestão e vinculando-a diretamente às obras expostas pela revista.

Se por um lado a atuação da arquiteta evidencia a força de uma articulação entre os órgãos políticos gestores da cidade e aqueles com conhecimento técnico para desenhá-la - fomentando uma reflexão aprofundada sobre política urbana, bem como a produção de um número significativo de obras -, é preciso, por outro, reconhecer a operação historiográfica de injeção de significados políticos às obras publicadas: ao referir-se à secretária de habitação como “guerrilheira urbana” e destacar seu engajamento no movimento estudantil e ao partido comunista, Serapião vincula a arquiteta a uma ideologia progressista insinuando, veladamente, um paralelo com a trajetória política de Vilanova Artigas. Novamente, o movimento dessa parcela da crítica é o de tecer relações entre a produção contemporânea e os arquitetos mais consagrados do país, numa tentativa de legitimação naturalizada pela ação política.

Também é curiosa a maneira com que o texto se posiciona ao comentar as urbanizações realizadas durante o mandato de Luiza Erundina (1989 a 1993):

(...) a linha priorizada por Nabil Bonduki era o mutirão, na qual os próprios moradores, após participarem da elaboração do projeto de arquitetura, construía suas unidades. Com viés ideológico, a linha do mutirão era dominante no ambiente acadêmico da esquerda paulista, influenciada pelo pensamento de Sérgio Ferro

(que via no projeto de arquitetura um instrumento de dominação). Essa linha ainda hoje prevalece os escalões técnicos do Partido dos Trabalhadores, mesmo com muitas baixas pós-mensalão. Por consequência, também influencia as ações do Ministério das Cidades. Após analisar a atuação do Ministério, Joan Villá, arquiteto historicamente envolvido com habitação social, disse-me em uma entrevista que “parece que não gostam de arquitetura” (SERAPIÃO, 2012, p.22).

Essa argumentação explicita uma ideia de antagonismo entre a gestão de Elisabete França na Sehab, que valoriza o projeto de arquitetura, e a de Nabil - acadêmica -, que, contaminada por uma ideologia de esquerda, apostava no envolvimento dos moradores no processo de projeção e construção das unidades. Ora, é um tanto contraditório um posicionamento que enaltece o engajamento político da arquiteta, vinculando-a à imagem da guerrilha urbana e, ao mesmo tempo, acusa o posicionamento dos mutirões de ter “viés ideológico”. Estará Serapião alegando que a Sehab, durante o mandato de Gilberto Kassab, atuou de maneira imparcial? Qual o interesse por trás dessa argumentação? Além disso, é notável o desconhecimento do crítico das revisões historiográficas já realizadas sobre o tema, notadamente do trabalho de Ana Paula Koury, que mostrou não ser totalmente verdadeira a recusa por parte do Ferro do projeto, assim como também não é a partir dele que se constrói a ideia de mutirão, como mostram outros autores, entre eles Caio Santo Amore.

O raciocínio no trecho reproduzido dá a entender, ainda, que a qualidade arquitetônica dos projetos construídos através de mutirão é “inferior” àquela dos projetos desenhados pelos escritórios contratados por França. Além disso, insinua uma ojeriza à academia, ao vinculá-la a uma metodologia de projeto “inferior”. Outra associação que não se sustenta na análise comparativa entre as produções das duas gestões em questão.

A publicação se detém sobre cinco projetos vencedores do Concurso Renova São Paulo. Além de um breve memorial descritivo dos projetos, nenhuma avaliação crítica é feita. Observa-se, contudo, em todos os projetos destacados, uma ausência notável de detalhamento da escala do pedestre, assim como uma tendência a implantar os edifícios recuados dos limites do lote, soltos nos terrenos, negando a relação com a malha urbana a partir de sucessivos remembramentos de lote e criando extensas áreas não edificadas que interrompem a lógica de ocupação da cidade, o que

facilita o cercamento de quadras inteiras.

A exposição feita pelo periódico é suficiente para ilustrar sua omissão no debate arquitetônico e na exposição das contradições evidentes na atuação de colegas. Enquanto as instâncias de consagração da arquitetura “erudita” insistem em legitimar uma produção através da construção de paralelismos histórico-formalistas e de mistificações sobre a autoria projetual, o campo permanecerá hermético para o público geral e, conseqüentemente, a construção das nossas cidades se dará à revelia das discussões arquitetônicas.

#### 4. Considerações Finais

O movimento da crítica arquitetônica carrega um potente indicador da crise teórica em que o campo está inserido. Enquanto a recusa generalizada aos conjuntos do PMCMV é construída com grande perícia tanto no ambiente acadêmico, quanto pelos projetistas, apontando-se para uma série de problemas na inserção urbana dos conjuntos, ao surgir a oportunidade para atuar nesse contexto, as proposições arquitetônicas premiadas pelo concurso Renova São Paulo apresentam, em grande parte dos casos, os mesmos equívocos acusados pelos próprios participantes da competição nos conjuntos do programa federal. Nesse caso, porém, a crítica cede seu lugar à celebração do concurso e à visibilidade dos arquitetos vencedores.

A assimetria da articulação crítica, bem como a quase unanimidade dos posicionamentos elencados deflagram, além da ausência de debate do campo “erudito”, um juízo fundamentado, em larga medida, numa promiscuidade conceitual profunda, naturalizada nos discursos das mais diversas instâncias de produção e de consagração. Fundada na invenção do modernismo brasileiro, cuja historiografia, operacionalizada magistralmente por Lúcio Costa, exaltou a produção das décadas de 1940 e 1950 de maneira tão enfática que a blindou de julgamento crítico, essa permeabilidade integra a imagem da arquitetura à ideologia política, ou seja, às utopias desenvolvimentistas de um restrito grupo no seus mais variados momentos históricos e proposições arquitetônicas.

Ao insistir num vínculo direto entre soluções formais e posicionamentos políticos, naturaliza-se uma narrativa na qual, a noção de urbanismo se dá exclusivamente a partir das relações do edifício. Ou seja, a solução projetual do edifício informa a qualidade urbana do território a partir das relações que estabelece com o entorno. Nesse contexto,

surge a valoração desmedida do desenho que, aos poucos, passa a ser considerado um objeto de arte autoral, uma vez que a relevância do discurso também ganha prestígio equivalente ao do objeto arquitetônico, tal como a crítica ao mercado imobiliário cuja “qualidade” arquitetônica dos edifícios é inferior uma vez que não é concebida como arte, mas como mercadoria. Idiossincrasia que, se por um lado colaborou com a consagração da produção arquitetônica brasileira no circuito cultural “erudito” internacional, por outro erigiu uma barreira entre a arquitetura e a vivência cotidiana da cidade.

Ainda hoje essa imprecisão do limite entre a história das ideias e a das obras pode ser identificada na atuação da crítica ao justificar um arbítrio formal ou atestar a qualidade da obra pela invocação da sua similaridade formal para com um dos cânones modernistas. Reiterada pelas instâncias de consagração do campo - academia, institutos, publicações - que insistem na valorização artística do objeto arquitetônico, fetichizando-o, e do arquiteto como gênio criador, essa operação marginaliza a crítica real, considerando um juízo que aponta incoerências na obra, uma ofensa pessoal ao “artista”. Sob essa óptica, identifica-se uma dupla autonomização das instâncias produtoras da arquitetura num primeiro aspecto, em relação ao usuário/morador/cliente, absolutamente alienado do processo de construção; em segundo, em relação às demais instâncias de consagração, uma vez que as instâncias de projeto se tornam autossuficientes na definição e regulação das normas de sua própria produção. É o caso do concurso de arquitetura organizado pelo IAB, em que os agentes que se articulam para gerir têm as mesmas pretensões daqueles que se inscrevem, que são idênticas às do corpo de júri e à da crítica que, posteriormente, exaltará os vencedores.

É preocupante para a construção, tanto de HIS, como da própria cidade, a oligopolização do campo arquitetônico resultante da autonomização das instâncias de projeto que aliciaram parte da crítica. Buscou-se, com os ensaios, desconstruir algumas prerrogativas consagradas que, naturalizadas nos discursos, tornaram-se quase tabus. Entre eles, a prerrogativa modernista do projeto como resposta definitiva deve ser abandonada em favor da criação de uma cultura de projeto como pesquisa e como processo, sempre em parceria com os futuros usuários do edifício em diálogo de fato com a cidade existente e os agentes envolvidos na sua construção, públicos ou privados.

Além disso, procurou-se apontar brevemente

os enfrentamentos que ainda são raros na prática projetual de HIS: o detalhamento da escala do pedestre e o estudo aprofundado da relação entre o edifício e a cidade são imperiosos para a prática do projeto habitacional.

Portanto, acredita-se que a crítica tem papel fundamental na ruptura do marasmo produtivo da arquitetura paulistana. Para tal, é preciso interromper o seu ciclo de submissão ao projeto, libertando-se da noção provinciana de vínculo pessoal entre autor e obra. E, ao invés de propor uma resposta, conscientizar-se da própria arbitrariedade, numa cultura de auto-reflexão e debate constantes.

## Referências bibliográficas

- AKKERMAN, Davi. Conforto acústico. *Drops*, ano 13, n.060.07, set. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/13.060/4499>>. Acessado em: mai. 2016.
- ALVIM, Angelica; JANOT, Luiz Fernando; MORAES, Jeronimo. Carta de Fortaleza. *Minha Cidade*, ano 14, n.165.06, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.165/5145>>. Acessado em: mai. 2016.
- AMORE, Caio Santo. *Entre o nó e o fato consumado*, o lugar dos pobres na cidade: um estudo sobre as ZEIS e os impasses da Reforma Urbana na atualidade. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2005.
- AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz (Org.). *Minha casa, e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Urbanismo em fim de linha*. E outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Edusp, 1987.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. *Caminhos da arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- BARDA, Marisa; FRANÇA, Elisabete. *Renova SP: Concurso de projetos de arquitetura e urbanismo*. São Paulo: SEHAB, 2011.
- BENATTI, Liliâne Alves; SILVA, Manoel Lemes da. Questões estruturais na cidade leituras possíveis. *Arquitextos*, ano 15, n.179.03, maio 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5528>>. Acessado em: mai. 2016.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Pioneiros da habitação social: Cem anos de políticas públicas no Brasil (volume 1)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.
- CAMARGO, Monica Junqueira de. Premio APCA 2012 - Categoria “Urbanidade” premiado: Hector Vigliecca. *Drops*, ano 13, n.063.05, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/13.063/4616>>. Acessado em: mai. 2016.
- CARMONA, Jaime Solares. *Crítica de arquitetura no Brasil 1985-2010*. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2015.
- CAVALCANTI, Lauro; LAGO, André Corrêa do. *Ainda Moderno? Arquitetura brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- COLOSSO, Paolo. Uma Bienal como intervenção socioespacial. *Drops*, ano 14, n.081.02, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.081/5197>>. Acessado em: mai.2016.
- CORADIN, Renata Fragoso. *Habitar social: a produção contemporânea na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2014.
- COSTA Simone da Silva. Minha casa, minha vida minha exclusão. *Minha cidade*, ano 15, n.180.03, jul. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/15.180/5606Luiz>>. Acessado em: mai.2016
- CURTIS, William. *Arquitetura moderna desde 1900*. São Paulo: Bookman, 2008.
- CRUZ, José Armênio Brito. Prêmio João Batista Vilanova Artigas. *Drops*, ano 13, n.062.02, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/13.062/4573>>. Acessado em: mai. 2016.
- ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.
- EXPOSIÇÃO “São Paulo: da cidade informal aos novos bairros” no museu da casa brasileira. *Vitruvius* (agenda cultural), jun. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/jornal/agenda/read/3363>>. Acessado em: mai. 2016.
- FERREIRA, João Sette Whitaker (Org.). *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano*. São Paulo: FUPAM, 2012.
- \_\_\_\_\_. Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto. *Arquitextos*, ano 12, n.133.07, Jul. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>>. Acessado em: mai.2016.
- FERRO, Sergio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.
- FIGUEIREDO, Glória Cecília; BALTRUSIS, Nelson; OLIVEIRA, Elizabeth. Política nacional de habitação hoje. *Arquitextos*, Salvador, ano 14, n.161.00, *Vitruvius*, out. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.161/4905>>. Acessado em: mai. 2016.
- FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lime e Água Espreada*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FRANÇA, Elisabete; BARDA, Marisa (Org). *Renova SP concurso de projetos de arquitetura e urbanismo*. São Paulo: HABI, 2011.
- GHIONE, Roberto. Quantidade e Qualidade. *Minha Cidade*, ano 13, n.145.02, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.145/4402>>. Acessado em: mai.2016.
- GUERRA, Abílio (Org.). *Textos fundamentais da arquitetura moderna - parte 1*. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2010.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século xx; 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- IAB. O direito à cidade e o instituto dos arquitetos do Brasil. *Minha Cidade*, ano 13, n.156.02, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.156/4788>>. Acessado em: mai. 2016.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida nas grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- JANOT, Fernando. A moradia em questão. *Minha Cidade*, ano 12, n.133.01, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.133/3962>>. Acessado em: mai.2016.
- \_\_\_\_\_. Uma Luz no fim do túnel. *Minha Cidade*, ano13, n.149. 03, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.149/4620>>. Acessado em: mai. 2016.
- \_\_\_\_\_. O descaso com as obras públicas. *Minha Cidade*, ano 13, n.154.06, maio 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.154/4754>>. Acessado em: mai. 2016.
- \_\_\_\_\_. Rio x Medellín. *Minha Cidade*, ano 15, n.172.02, out. 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/15.171/5316>>. Acessado em: mai.2016.
- \_\_\_\_\_. Hora de cobrar. *Drops*, ano 15, n.087.08, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/15.087/5371>>.

Acessado em: mai.2016

KOGAN, Gabriel. Contrate um estagiário - o sub-emprego da arquitetura. *Cosmopista*, jan. 2011. Disponível em: < <https://cosmopista.com/2011/01/28/contrate-um-estagiario-%E2%80%93-o-sub-emprego-na-arquitetura/>>. Acessado em: mai. 2016.

KOURY, Ana Paula; BONDUKI, Nabil. *Pioneiros da habitação social: onze propostas de morar para o Brasil moderno* (volume 3). São Paulo: Editora Unesp, 2014.

\_\_\_\_\_. *Pioneiros da habitação social: inventário da produção pública entre 1930-1964* (volume 2). São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LARA, Luiz Fernando. O paradigma do asfalto. *Minha Cidade*, ano 12, n.140.04, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.140/4253>>. Acessado em: mai.2016.

LOBO, Maria da Silveira. Porto Maravilha. *Minha Cidade*, ano 11, n.129.03, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.129/3842>>. Acessado em: mai. 2016.

MAGALHÃES, Natália Tripoli; SILVA, Jonathas Pereira da. Contradições da Região Metropolitana de Campinas. *Arquitextos*, ano 14, n.158.00, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.158/4821>>. Acessado em: mai.2016.

MAGALHÃES, Sérgio. Improviso e gambiarra. *Minha Cidade*, ano 12, n.140. 05, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.140/4254>>. Acessado em: mai.2016.

\_\_\_\_\_. Minha casa, minha vida. *Drops*, ano 11, n.045.03, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/11.045/3780>>. Acessado em: mai.2016.

MARICATO, Ermínia. As Tragédias urbanas: desconhecimento, ignorância ou cinismo? *Minha Cidade*, ano 11, n.129.04, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.129/3795>>. Acessado em: mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Cidades no Brasil. *Drops*, ano 13, n.069.04, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/13.069/4777>>. Acessado em: mai.2016.

MARQUES, Sonia. A ética habitante e o espírito do brutalismo. *Arquitextos*, Sano 14, n.166.05, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.166/5142>>. Acessado em: mai.2016.

MONTANER, Josep Maria. *Arquitetura e crítica*. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

MUXÍ, Zaida. Podría ser una oportunidad. *Drops*,

ano 11, n.036.07, out. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/11.036/3599>>. Acessado em: mai. 2016.

NASCIMENTO, Denise Morado; TOSTES, Simone Parrela. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. *Arquitextos*, ano 12, n.133.03, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>>. Acessado em: mai.2016.

NESBITT, Kate (Org.). *Uma nova agenda para arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

NOBRE, Ana Luiza; MILHEIRO, Ana Vaz; WISNIK, Guilherme. *Coletivo: arquitetura paulista contemporânea*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo. Sustentabilidade nas cidades. *Arquitextos*, ano 11, n.125.06, out.2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.125/3569>>. Acessado em: mai. 2016.

PEREIRA, Carolina Celeste Pinto. *Habitação coletiva de interesse social e cidade: análise dos concursos Renova SP* (São Paulo, Brasil) e Vallecas 49 (Madri, Espanha). Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - Universidade Estadual de Campinas, 2014.

POLÍTICA municipal de habitação: uma construção coletiva. *Vitruvius* (agenda cultural), dez. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/jornal/agenda/read/4023>>. Acessado em: mai. 2016.

RENOVA SP. *Vitruvius* (concursos), jun. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/jornal/contests/read/204>>. Acessado em: mai. 2016.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RUBANO, Lizete (org.). *O terceiro território: habitação coletiva e cidade - Vigliecca & Associados*. São Paulo: Editora Vigliecca, 2014.

SAMORA, Patrícia. Patrícia Samora faz balanço dos projetos vencedores do Concurso Renova SP. *AU - Arquitetura e urbanismo*, n.211, out. 2011. Disponível em: <<http://www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/211/patricia-samora-faz-balanco-dos-projetos-vencedores-do-concurso-renova-238994-1.aspx>>. Acessado em out. 2015.

SANTANA, Gisela Santana. A dinâmica de licenciamentos de obras no município do Rio de Janeiro. *Drops*, ano 13, n.068.02, mai. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/13.068/4738>>. Acessado em: mai. 2016.

SANTOS, Álvaro Rodrigues; SCAGLIUSI, Francisco. Áreas de preservação permanente no ambiente urbano. *Minha Cidade*, ano 11, n.126.05, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.126/3703>>. Acessado

em: mai. 2016.

SANCHES, Débora; MORETTI, Ricardo. Gestão Condominial na habitação social. *Arquitextos*, ano 13, n.153.01, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.153/4661>>. Acessado em: mai.2016.

SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1998.

SEHAB lança “Novos Bairros - O urbanismo nas preexistências territoriais e o compartilhamento de idéias”. *Vitruvius* (agenda cultural), mai. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/jornal/agenda/read/3197>>. Acessado em: mai. 2016.

SEHAB lança dois livros da série “Novos Bairros de São Paulo”. *Vitruvius* (agenda cultural), mar. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/jornal/agenda/read/2567>>. Acessado em: mai. 2016.

SEHAB lança Entre o Céu e a Água: O Cantinho do Céu. *Vitruvius* (agenda cultural), dez. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/jornal/agenda/read/4021>>. Acessado em: mai. 2016.

SOBREIRA, Fabiano. Concursos: pela qualidade da arquitetura e dos espaços públicos. *Drops*, ano 11, n.036.06, set. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/11.036/3596>>. Acessado em: mai. 2016.

SOMEKH, Nadia. Prêmio APCA 2011 - Categoria Difusão premiado: Raul Juste Lores / Folha de São Paulo. *Drops*. ano 12, n.051.04, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/12.051/4150>>. Acessado em: mai. 2016.

SYKES, Krista. *O campo ampliado da arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.

TAFURI, Manfredo. *Projecto e Utopia*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

TEMPO livre: resgate das oportunidades no meio ambiente e a paisagem urbana. *Vitruvius* (eventos), mar. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/jornal/events/read/1362>>. Acessado em: mai. 2016.

VENTURI, Robert. *Complexidade e contradição na arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGLIECCA participa de debate em Montevidéu. *Vitruvius* (eventos), out. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/jornal/agenda/read/4745>>. Acessado em: mai. 2016.

VII SEMINÁRIO Internacional de Projeto Urbano. *Vitruvius* (eventos), mar. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/jornal/events/read/696>>. Acessado em: mai. 2016.

VIOLA, Assunta. Arquitetura, habitação e as me-

trópoles brasileiras. *Drops*, ano 11, n.035.09, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/11.035/3542>>. Acessado em: mai. 2016.

WISNIK, Guilherme. *Dentro do Nevoeiro*: diálogos cruzados entre arte e arquitetura. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

XAVIER, Alberto (org.) *Depoimento de uma geração*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

## Notas

1. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Escola da Cidade - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (2015).
2. Contribuiu para a construção dessa análise o trabalho de Pierre Bourdieu (2007).
3. Exposição organizada pelos seis escritórios paulistanos de arquitetura: MMBB, Projeto Paulista, Núcleo de Arquitetura, Puntoni - SPBR Arquitetos, UNA e Andrade Morettin em 2006 no Maria Antônia, com o intuito de divulgar seus principais trabalhos. Wisnik, Nobre e Milheiro foram convidados como críticos para analisar tais obras (NOBRE; MILHEIRO; WISNIK, 2006).